

# ENTRE O ENFRENTAMENTO E O SILENCIAMENTO DAS FAMÍLIAS HOMOPARENTAIS NA ESCOLA: MINORIAS ATIVAS OU MERAS *OUTSIDERS*<sup>1</sup>

**Daniela Maroja Ribeiro**

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-  
Goiás

E-mail: danielamaroja2@gmail.com

## INTRODUÇÃO

Parte-se da constatação da presença cada vez mais marcante da maternidade lésbica e da paternidade gay, porém com uma vivência pública ainda bastante tímida, predominando a invisibilidade e o silenciamento dessas famílias nas escolas. Neste sentido, busca-se pensar causas e entraves para a visibilidade da família homoparental em sua aproximação dialógica com a escola, se desdobrando a análise de uma realidade *objetivamente estruturada* - no nível macro (em seus aspectos social, cultural, histórico e institucional) (MELLO et al, 2012) ao nível micro dos atravessamentos e construções *subjetivamente estruturantes* (BOURDIEU, 2009).

Do ponto de vista histórico a invisibilidade e o silenciamento dessas famílias estão objetivamente ligadas à homofobia institucionalizada que se dá devido em boa parte à não aceitação das diferenças, onde ainda se percebe a necessidade de enfrentamento aos discursos morais, religiosos e patologizantes (OLIVEIRA, 2016; SILVA, 2012; TANNURI, 2017). Essa mesma homofobia institucionalizada, faz com que haja a divisão entre dois “status” de família: a “família estabelecida” e a “família outsider” (ELIAS; SCOTSON, 2000), sendo que dentre as últimas, se alocam as famílias homoparentais ou homoafetivas. As estabelecidas são as famílias nucleares monogâmicas heterossexuais, ainda que eventualmente, famílias heterossexuais também

---

<sup>1</sup> Este trabalho compõe parte dos estudos e problemas iniciais que apareceram no estado de conhecimento na área de homoparentalidades na relação entre famílias e escola de crianças, tema de pesquisa do Doutorado em Educação na PUC-Goiás, que vem sendo desenvolvido desde o segundo semestre de 2021, sob orientação do Prof. Dr. Romilson Martins Siqueira.

sejam vistas pejorativamente como “desestruturadas” e/ou “disfuncionais” (TORNOVSKI, 2005; TANNURI, 2017). Também uma legislação extremamente frágil do ponto de vista da natureza das normas (conteúdo programático) faz

com que a ineficácia ou inexistência de políticas públicas contribua para a construção de um projeto político oficial calcado em posturas homofóbicas. Daí, é possível se pensar em ao menos três pontos problemáticos quanto começamos a estudar o tema:

- a) Como pensar a criança, filha dessa família, como sujeito de direito, se sua família não é vista/reconhecida naquele ambiente? É preciso pensar a forma com que as crianças assimilam essa relação, sobretudo diante da contradição entre a discursividade e a ação dos adultos (em casa e na escola);
- b) De outra parte, é preciso considerar a questão da “cidadania íntima” da criança desdobrada em todos os contextos de sua vida, já que os direitos de participação das crianças vêm sendo a cada mais construídos para além da mera aceção de “direitos e responsabilidades” (muito comuns nos “contratos de negociação” relacionais em casa e na escola), para alcançar uma dimensão de incentivo à participação ativa em assuntos que lhes dizem respeito diretamente. Para isso, tanto a família quanto a escola devem ser/estar presente nesse diálogo. (FERNANDES, 2009; QVORTRUP, 2010).
- c) Quais/como as tensões o ocultamento/silenciamento provoca nos processos de subjetivação entre mães/pais homossexuais e suas/seus filhos? Aqui, propriamente, chegamos na preocupação anunciada no título do artigo: essas mães e conseguem realmente se colocar contra a norma heterocêntrica, propondo ativamente outras formas de se trabalhar os temas envolvendo na escola, ou comportam-se apenas como minorias a margens (ou desviantes da norma)?

Precisamente neste resumo aprofundaremos nesse terceiro ponto. Aqui é preciso pensar a homofobia internalizada (às avessas) como causa de uma forte tendência aos desvios silenciosos, que em alguns casos oculta até mesmo uma

busca pela perversa normalidade homoparental, como lembrar a fala “não podemos falhar nunca”, que intitula o estudo de Garcia (2007). Outras consequências comuns desse receio/culpa, simbolicamente geradas por uma maioria estabelecida, são a necessidade de proteção excessivas e não exposição da criança, por medo da criança sofrer bullying, em detrimento ao incentivo à participação e ao diálogo entre pares (QVORTRUP, 2015), que segue contribuindo para a ocultação e o silenciamento de suas famílias.

Não é demais lembrar, contudo, que não trata-se de uma simples escolha das famílias: como bem nos lembra Elias e Scotson (2000), as minorias só podem ser coagiadas e “violentadas” por majorias estabelecidas em espaços de poder em que são legitimadas por uma institucionalidade hegemônica, papel que infelizmente muitas escolas ainda cumprem sem reservas.

Nos termos da Teoria das Minorias Ativas de Moscovici (1981), devido a essa postura majoritária de *conformação*, tais famílias não conseguem se “firmar” ativamente enfrentando ou propondo ações efetivas para sua visibilidade e participação mais efetiva dentro da escola de seus filhos. Segundo o autor, acabam se tornando meramente famílias “desviantes” ao padrão estabelecido, ou nas palavras de Elias; Scotson (2000), “outsiders”.

Aqui, como bem lembra Del Prette (1995), não podemos nos esquecer que o próprio Moscovici levava em conta que a normatização excessiva da vida social “resulta em um certo cansaço ou até mesmo saturação. Indivíduos ou grupos saturados, em muitos casos, ficariam mais predispostos à aceitação de mensagens contra a normatização ou à assimilação de novas normas contidas nas ações minoritárias” (DEL PRETTE, 1995, p. 152), além de que os fatos intra/interpessoal e intergrupais, também são subjacentes ao fenômeno da influência, e não podem ser desconsiderados nessa dinâmica de autoexposição/silenciamento.

## **METODOLOGIA E RESULTADOS**

Para análise objetivamente estruturada do tema, recorre-se à pesquisa bibliográfica com estudo do estado de conhecimento; para investigar os

processos de subjetivação dos sujeitos envolvidos nessa relação triangular (mães/pais, filhas/filhos, professoras) é necessário recorrer à pesquisa qualitativa de campo para relacionar as *objetividades estruturadas* com as *subjetividades estruturantes* (BOURDIEU, 2009) e descobrir, por meio de questionários e entrevistas estruturadas/semi-estruturadas (no caso dos adultos); ou desenhos e atividades lúdicas (no caso das crianças), como e em que medida as ações/omissões dos sujeitos afetam/impactam positiva ou negativamente a superação dessa invisibilidade e transformação dessa realidade:

- a) Mães e pais: o quanto seu silenciamento pode se dar para não sofrer homofobia e/ou para não expor e proteger as/os filhas/os;
- b) Professoras/gestoras: o quanto suas crenças morais e convicções políticas/religiosas podem influenciar em sua atuação pedagógica na escola;
- c) Criança: o quanto pode haver uma assimilação conflitiva ao perceber a contradição entre discursividade e ação dos adultos (mães/pais/professoras).

## CONSIDERAÇÕES

De toda forma, os achados preliminares nos trazem problematizações iniciais em torno das representações negativas das famílias homoparentais e nos permitem visualizar uma relação incontestável entre o silenciamento “provocado” por uma maioria em posição privilegiada de poder, que acaba levando a uma certa *conformidade* da minoria, que, exausta e cheia de medos e receios em relação ao que pode acontecer às filhas e filhos, se rende à sua invisibilidade no ambiente escolar.

Neste ponto não seria de maneira alguma admissível aceitar um argumento que circula em diversos ambientes conservadores: “o de que gays, lésbicas e transexuais deveriam evitar ter filhas e filhos para poupá-los dessa discriminação” (HERNÁNDEZ; UZIEL, 2014, p. 20). Ser conivente com tal raciocínio, além de ferir de morte a ética humana e o direito à livre determinação,

seria precisamente se render a um senso comum desumanizante de uma maioria autoritária.

Sendo assim, vemos claramente que existe um status – ainda que não conclusivo – muito mais próximo ao de uma “*minoría desviante*” do que a de uma verdadeira “*minoría ativa*” nos termos propostos por Moscovici (1981), que realmente se posiciona, questiona, problematiza e propõe outras alternativas em prol do seu direito de ser, existir e poder se expressar plenamente dentro um pertencimento familiar no âmbito da educação formal.

Por outro lado, objetivamente, o fato da escola silenciar ou fugir quanto ao enfrentamento da questão, não a redime de seu dever constitucional, como uma instituição social cuja essência está calcada na democracia. Do ponto de vista da Praxiologia (CAVALCANTE, 2017), não são somente as mães e pais as/os “obrigadas/os” a procurar a escola para apresentar sua composição familiar: é dever da escola estabelecer ações para contribuir com a construção de um diálogo e aproximação contínuas com as famílias de seus estudantes (HERNÁNDEZ; UZIEL, 2014).

## **BIBLIOGRAFIA**

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o poder simbólico. In: O poder simbólico.** 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CAVALCANTE, Cláudia Valente. A teoria da prática e a sociologia reflexiva de Bourdieu: uma abordagem para se pensar a realidade e o método de pesquisa. In: PAIVA, W. A de. (Org.) **Reflexões sobre o método.** Curitiba, CRV, 2017, pp. 109-130.

DEL PRETTE, Almir. Teoria das Minorias Ativas: Pressupostos, Conceitos e Desenvolvimento. **Psicologia: Teoria e Pesquisa.** vol 11, n. 2, pp. 145-153, maio/ago 1995.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders.** Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FERNANDES, Natália. **Infâncias, direitos e participação – representações, práticas e poderes.** Porto: Edições Afrontamento, 2009.

GARCIA, Marcos Roberto Vieira. “Não podemos falhar”: a busca pela normalidade em famílias homoparentais. In: GROSSI, Miriam; UZIEL, Anna

Paula; MELLO, Luiz (Org.). **Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p. 277-299.

HERNÁNDEZ, Jimena de Garay; UZIEL, Anna Paula. Famílias homoparentais e escola: entre a vigilância e a transformação. **Momento**. Vol. 23, n. 2, p. 9-24, jul/dez. 2014.

MELLO, Luiz; AVELAR, Rezende Bruno; MAROJA, Daniela. Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 27, n. 2. p. 289- 312, 2012.

MOSCOVICI, Serge. . **Psicología de las Minorías Activas**. Madrid: Morata, 1981.

OLIVEIRA, Anna Luzia. 2016. 124p. **Discursos docentes sobre crianças cujos pais/mães vivem em condição de conjugalidade homoafetiva**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

QVORTRUP, Jens. A infância como categoria estrutural. In: **Educação e Sociedade**, vol. 36, n. 2, p. 631-643, Maio/Ago 2010.

\_\_\_\_\_. A dialética entre a proteção e a participação. In: **Curriculo sem Fronteiras**, v. 15, n. 1, p. 11-30, jan/abril 2015.

SILVA, Carmelite Moreira Santos. 2012. 118p. **Relação escola e famílias homoafetivas**: visão de discentes de licenciatura em pedagogia. Dissertação (Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea) – Universidade Católica de Salvador, Salvador.

TANNURI, João Guilherme de Carvalho Gattás. 2017. 196p. **O que dizem famílias homoparentais sobre relações estabelecidas com as escolas de seus filhos**: tensões entre aceitação e discriminação. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

TARNOVSKI, Flávio Luiz. “Pai é tudo igual?”: Significados da paternidade para homens que se autodefinem como homossexuais. In: **Sexualidade e Saberes: convenções e fronteiras**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p.385-414.